

O maior general de um hemisfério

Um centenário memorável

AO ILUSTRE DR. RAIMUNDO GIRAÓ

JÚLIO ABREU

Na História do Brasil a data de 1 de março tornou-se duplamente memoranda pelo assinalar o término das duas maiores lutas da América do Sul: a Revolução Farroupilha, cujo centenário transcorre depois de amanhã, e a Guerra do Paraguai, em 1870, nas quais ficaram assás comprovados o valor e o heroísmo de quantos nelas se empenharam, quer provocando-as, quer combatendo-as.

Em ambos êsses prélíos gigantescos culminou em bravura e competência a figura já tão heróica de Luís Alves de Lima — o Duque de Caxias, cuja vida de militar é uma verdadeira epopéia que o elevou ao pináculo da glória, onde nenhum outro brasileiro o ultrapassou.

Bem conhecida é a vida pública e privada do insigne consolidante do Império, traçada que foi por Monsenhor Pinto de Campos, José de Alencar, Pereira da Silva, Eugênio Vilhena de Moraes, Oswaldo Orico, Eudoro Berlinck, Borges de Barros, Alfredo Pretextato Maciel da Silva e tantos outros que se impuseram a tão louvável tarefa. Entretanto, julgamos não ser uma superfluidade o relembrarmos no centenário da pacificação da Província do Rio Grande do Sul fatos e episódios da vida do Duque de Caxias, colhidos, já se vê, em alguns dos citados escritores, embora sem ordem, antes pelo contrário em verdadeiro desalinho.

A circunstancia de haver nascido no município da Estrela, na antiga Província do Rio de Janeiro, como que envolvia uma predestinação da vida de Luís Alves de Lima, cuja estrela brilhou sempre e sempre com maior intensidade, desde o dia 22 de novembro de 1808, em que, apenas com cinco anos e três meses de idade, como também o fizera seu pai — o General Francisco de Lima e Silva, — assentou praça, recebendo as estrelas de cadete, antigo privilégio que as leis portuguesas concediam às famílias militares.

Já que falamos na estrela de Luís Alves de Lima, vem a pêlo a repetição de um fato que nos transmitiu Eudoro Berlinck no seu livro póstumo — CAXIAS —, dado á publicidade em 1934 pelo apreciado escritor

Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, o douto Secretário do Instituto Histórico Brasileiro. Conta-nos o pranteado literato sul-rio-grandense que, poucos dias antes de mover-se o exército de Caxias do acampamento de São Lourenço, a 1 de março de 1843, apparecera no céu brilhante cometa, cuja cauda apontava para a cidade de Alegrete, capital da rebelião Farroupilha; e que ao terminar esta luta gigantesca pela convenção de Ponche-Verde, de 1 de março de 1845 (que coincidência de datas!), novo cometa apparecera e o espirito popular, vendo nos dois astros o mesmo corpo celeste, batisou-o com um mesmo nome, que se tornou tradicional no Rio Grande: — A *ESTRELA DE CAXIAS*.

Entrando para a Academia Real Militar em 1818, nesse mesmo ano Luís Alves teve o seu primeiro galão — o de alferes. Em 1822, ano da Independência, já elevado ao posto de tenente, foi nomeado ajudante do Batalhão do Imperador, que então se criava. Foi nesse batalhão, que guarnecia o Paço Imperial, que, já no posto de Major, deu, a nosso ver, a mais sublimada prova de disciplina e de lealdade, recusando-se a ir para o Campo de Sant'Ana confraternizar com a tropa que, sob a chefia de seu pai, se revoltara contra o Imperador, exigindo-lhe a demissão do Ministério dos Marquêses.

Nessa noite histórica, consultado se aceitaria a nomeação de comandante do batalhão para abafar a revolta, o futuro duque de Caxias respondia afirmativamente e aconselhava o Imperador a se transportar para a fazenda Santa Cruz e a decretar — “a baixa de todos os soldados de primeira linha que quisessem, pois, feito isso, dentro de vinte e quatro horas, os officiaes se achariam a sós”. Pedro I, porém, teve o bom senso de reconhecer que já lhe não era dado reinar no Brasil: preferiu abdicar, o que fez no dia 7 de abril (1831), que Teófilo Otoni qualificou de *la journée de dupes*.

Não se deve concluir dêsse fato que fôsse Luís Alves um filho rebelde: absolutamente não. A moralidade a se tirar do caso é que êle pôs acima de quaisquer conveniências o cumprimento de seu dever de militar e a sua lealdade pessoal, exercida á Amador Bueno da Ribeira, o paulista que não quis ser rei.

Disciplinado sem vacilações, como provou não se recusando acompanhar D. Pedro II ao Rio Grande do Sul por ocasião da rendição de Uruguaiana, como simples ajudante de campo do Imperador, o insigne militar foi também um disciplinador enérgico, mas sem os processos do Conde de Lieppe, o famigerado príncipe alemão que nasceu em Londres; e, se não teve no exército brasileiro a mesma popularidade do general Osório (Marquês de Herval), gozou, todavia, de muito respeito, prestígio e consideração, que nunca foram excedidos, ou mesmo igualados, por nenhum outro militar.

De bravura calma, serena, pode-se dizer congênita, o *Condestável do Império*, como o chamou o Sr. Oswaldo Orico, iniciou os seus atos de heroísmo na luta da Independência, em 1823, na Bahia, onde se distinguiu em vários combates. Na guerra da Cisplatina — êsse “minotauro de brasileiros”, conforme a expressão de João Brigido, Luís Alves notabilizou-se por uma façanha temerosa, qual o apresamento, á noite e por surpresa, de um lanchão de Lavaleja, armado de um canhão e guarnecido de cinquenta homens, useiro e vezeiro em atos de pirataria, que muito

nos prejudicavam. A êsses feitos militares, precursores de sua vida modelar, seguiram-se, quase sem hiatos, a pacificação do Maranhão, pela extinção da *Balaçada*, quicá a mais feroz das nossas lutas intestinas, as pacificações de São Paulo, de Minas e do Rio Grande do Sul, deixando, principalmente nesta última, sobejamente comprovadas as suas qualidades de tático e de estrategista consumado, que se manifestariam mais tarde e de modo ainda mais positivo nas guerras contra Oribe, no Uruguai, contra Rosas, na Argentina, e na exaustiva campanha do Paraguai, de que é atestado eloquente o trabalho titanico da construção da estrada do Chaco, — “o caminho mais seguro por onde deveria marchar o exército brasileiro afim de esmagar o ditador Lopez, que se fortificava em Pekyskry, onde estavam concentrados todos os seus elementos de resistência á causa da civilização”. (Vide: “*A Guerra da Tríplice Aliança Contra o Govêrno da República do Paraguai*, do conselheiro alemão L. Schneider, 4 volumes — 2.º fascículo — Traduzido pelo marechal José Bernardino Bormann, anotado pelo general Mário Barreto).

Com muita justiça se diz que o Duque de Caxias foi o libertador de três povos; o uruguaio, das arbitrariedades de Oribe e de Aguirre; o argentino, da ferocidade de Rosas, que se tornou ainda mais sanguinário após o fracasso da França e da Inglaterra para levá-lo a bom caminho; e, finalmente, o paraguaio, levando de vencida êsse monstruoso Solano Lopez que em toda sua vida sinistra e torva só praticou um ato digno, quando, á margem do Aquidabanigui, pronuciou o — “*muerdo con la patria*”, de que, aliás, fôra o próprio assassino.

Além de possuir integralmente todas as qualidades de um militar verdadeiramente digno dêsse nome, o *Filho querido da vitória*, como o qualificou o *Jornal do Comércio* por ocasião da pacificação de São Paulo e de Minas, apontando-o ao govêrno como capaz de fazer também a pacificação do Rio Grande do Sul, Caxias, tinha outros predicados excelsos, bastantes, por si sós, para torná-lo credor da veneração dos brasileiros. Referimo-nos á generosidade, á benevolência, á compaixão para com os vencidos, quem quer que fossem êles, compatriícios ou estrangeiros, após os triunfos alcançados. Quanto a isso, a vida do imortal brasileiro está cheia de fatos e episódios, qual a qual mais expressivo, mais tocante, mais enternecedor, mais exemplar, ocasionando, alguns dêles, ou todos êles, sinceras e leais manifestações de gratidão, entre as quais a sua escolha pelo povo do Rio Grande do Sul para representá-lo no Senado do Império, em uma eleição que se processava sob o domínio do partido liberal (Caxias era conservador), logo após a terminação da revolução farroupilha.

Sôbre essa eleição Eudoro Berlinck escreveu o seguinte:

“E’ impossível encerrar o período histórico da revolução rio-grandense e dos serviços prestados pelo Conde de Caxias, sem uma rápida incursão pelos domínios da política.

A gratidão do Rio Grande não se limitou unicamente ás esplêndidas manifestações e festejos dedicados ao nobre general; foi além e a eleição senatorial apresentou ensejo para uma nova manifestação.

Não escreveu o Conde de Caxias uma só carta, não se dirigiu a um só de seus numerosos amigos e na confecção da

lista tríplice foi seu nome por tal forma votado que em todo o eleitorado rio-grandense apenas perdeu treze votos”.

A verdade histórica nos leva ao dever de, aproveitando este ensejo que se nos oferece, abrir aqui um parêntese para retificar o engano em que incidiu o pranteado professor e jornalista sul-rio-grandense em seu citado livro CAXIAS.

Entre alguns papéis velhos que possuímos acha-se uma relação de todas as eleições senatoriais do Império, desde a primeira, procedida em todo o país, para a instalação do senado, em 1826, até as que se fizeram em 1886 para o preenchimento de algumas vagas na representação de várias províncias, com o nome de todos os votados, número de votos obtidos, organização das listas tríplices, data da escolha imperial e da posse do nomeado. Consta dessa relação que a cadeira única da representação do Rio Grande do Sul (posteriormente foi elevada a três) vagara a 16 de julho de 1836 pelo falecimento do Padre Antônio Vieira da Soledade, o primitivo senador. Por que estivesse a província anormalizada pela revolução, que rebentara em 1835, a eleição para o preenchimento da vaga só se procedeu em 1845, após a pacificação, organizando-se, em agosto desse mesmo ano, a competente lista tríplice que deveria ser apresentada á escolha do Imperador, a qual se compôs dos seguintes nomes:

- | | |
|---|-----------|
| 1 — Luís Alves de Lima (Conde de Caxias), Oficial e General do Exército | 232 votos |
| 2 — José de Araújo Ribeiro (Visconde de Tocantins), Diplomata | 144 votos |
| 3 — Manuel Paranhos da Silva Veloso, Magistrado. | 102 votos |

A 1 de setembro, sob o quinto Gabinete do segundo reinado, chefiado por José Carlos de Almeida Torres (posteriormente Visconde de Macaé), o Imperador escolheu o Conde de Caxias, que só se empossou a 11 de maio do ano seguinte (1846).

Houve, portanto, evidente engano de Berlinck afirmando que o Duque de Caxias — *foi por tal modo votado que em todo o eleitorado rio-grandense apenas perdeu treze votos*. Se assim fora, êsses treze votos deveriam ser partilhados entre os outros dois candidatos, verdadeiras *cunhas*, indispensáveis á organização da lista: seria ridículo e talvez não fôsse admissível que Araújo Ribeiro e o Desembargador Veloso figurassem apenas com êsses treze votos perdidos por Caxias, como afirmou o ilustre literato. Retificado assim o engano, fechemos o parêntese.

Ministro da Guerra no Gabinete de 6 de setembro de 1853, presidido pelo Marquês do Paraná, ao qual passou a presidir quando faleceu o egrégio e prestigioso fundador da política de *Conciliação*, a 3 de setembro de 1856, Caxias foi chamado a organizar os Ministérios de 2 de março de 1861 e de 25 de junho de 1875, ocupando, em ambos, a mesma pasta da guerra, como era natural.

Simplemente Ministro ou Chefe de Governo, o Duque de Caxias

revelou-se estadista de larga visão, como provam os regulamentos militares que criou ou fêz reformar, além de outras medidas inerentes ás demais pastas, por êle inspiradas, sobretudo o salutar decreto de 17 de setembro, que anistiou os Bispos de Olinda e do Pará, condenados á prisão no processo consequente da malfadada questão Religiosa, que se agitou no domínio do Gabinete de 7 de março de 1871, presidido pelo imortal Visconde de Rio Branco.

Não nos ocorre no momento o nome do escritor que comparou Caxias ao Duque de Wellington, o vencedor de Waterloo, o que provocou um protesto justo do ilustrado escritor Dr. E. Vilhena de Moraes que, em seu apreciado livro *O DUQUE DE FERRO*, não admitiu a comparação com o general que — “*votava desprezo ás tropas, como a escória, o rebotalho da Inglaterra, sem o menor sentimento de simpatia ou de gratidão para com elas, a quem jamais dirigiu, malgrado sua bravura, uma palavra de elogio*”.

Na opinião valiosa do sr. Vilhena de Moraes, Caxias só se pode, em verdade, comparar a Luís Alves de Lima.

Também Eudoro Berlinck em uma passagem de seu livro que tantas vezes temos citado, chamou o Duque de Caxias de o *Hoche Brasileiro*. Embora nos faleça autoridade, julgamos que a comparação de modo algum pode honrar o herói que se tornou o patrono do nosso Exército, que nunca foi acusado de mandar fuzilar os vencidos, ao passo que do célebre general francês se diz que — “*mandou fuzilar os últimos chefes vendeanos, Charette e Stofflet*”, sendo também acusado de haver favorecido uma conspiração contra os realistas, tendo sido anteriormente encarcerado como suspeito.

Bem se vê que Luís Alves, que nos deixou nobilíssimos exemplos de lealdade e de cumprimento de dever, principalmente naquele episódio ocorrido alguns momentos antes da abdicação de Pedro I, e no qual um caráter menos rijo teria tergiversado, não pode ser comparado a um militar que, não obstante o seu valor e a sua bravura, foi suspeitado de deslealdade.

Sobre Caxias conhecemos uma expressão sóbria, mas profundamente verdadeira: é a do general Dionísio Cerqueira que, em seu belo livro — *REMINISCENCIAS DA GUERRA DO PARAGUAI*, chamou o herói de Lomas Valentinas — “*o maior general de um hemisfério*”, — qualificativo que tomamos para título dêste escrito.

É haverá por aí quem conteste que Caxias foi incomparavelmente maior, em tudo e por tudo, que San Martin, o libertador do Chile e do Peru; que Bolivar, o grande homem que transformou o vice-reinado espanhol de Nova-Granada nas repúblicas da Colômbia, de Venezuela e do Equador; que Sucre, que libertou o Alto Peru, convertendo-o na república da Bolívia?

Embora grandes homens, como foram, qualquer deles comparado a Caxias não foi mais que um caudilho, destemeroso e patriota, é certo, mas sempre um caudilho. Até na morte se nota grande diferença: Caxias faleceu venerado pelos seus patrícios, sem exceção de nenhum, honrado pela visita de D. Pedro II, seu antigo discípulo de esgrima, ao passo que San Martin e Bolivar morreram no ostracismo, quase esquecidos, e Sucre vítima de um assassinio.

Pena é que Bolivar não tenha tentado levar a efeito a sua bravata,

quando, em seus sonhos de imperialismo, ameaçou de — “descender el Pilcomayo, invadir el Paraguay y anexarlo ao Rio de La Plata — *describir el unico trono levantado en América* — y remontar de regresso la corriente del Amazonas, en su marcha triunfal travez del continente subyugado por su genio” (Batista Pereira — *Civilização contra Barbárie*, pag. 7).

Pena é que essa fanfarronada não tenha sido tentada para deixar-nos o sabor de um fragoroso fiasco.

Na aludida obra de Eudoro Berlinck, bem como no belo livro de Castilho Goycochêa — *GUERRA DOS FARRAPOS* — e, ainda na substancial obra de Pretextado Maciel — *OS GENERAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO* —, colhemos os informes abaixo que são atestados eloquentes do partiotismo e do atilamento do Duque de Caxias e, também de David Canabarro, então general em chefe da República de Piratini.

Vencidas as tropas republicanas no último combate, já em território uruguaio, até onde foram perseguidas, o Duque de Caxias fez uma proclamação aos revolucionários em que dizia :

Lembrai-vos que a poucos passos de vós está o inimigo de todos nós, o inimigo de raça e de tradição. Não pôde tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue.

Vêde que êsse estrangeiro exulta com esta triste guerra, com que nós mesmos nos estamos enfraquecendo e destruindo.

Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da pátria, que é a mãe comum!”

Pouco depois Antônio Vicente da Fontoura, um dos chefes farroupilhas, e o tenente-coronel Manuel Luís Osório (que seria o Marquês de Herval) pelos imperialistas, tiveram um encontro para tratarem das bases da paz. Anteriormente Bento Gonçalves solicitara a Caxias uma conferência secreta para o mesmo fim, a qual nenhum resultado teve, ou mesmo não se realizou, por ter o general brasileiro respondido para logo que “nenhuma condição aceitaria que não tivesse por base a deposição das armas e a ebediência ao governo imperial”.

Foi então que, conhecedor da proclamação de Caxias, o famigerado Rosas — o ferocíssimo ditador de Buenos Aires, a quem venceríamos em Monte Caseros, procurando tirar a sardinha com a mão do gato, ofereceu auxílio aos farroupilhas mandando uma mensagem a Canabarro, a qual terminava com o seguinte trecho:

—“Meus homens estão prontos para se reunirem aos valentes do Rio Grande. A um simples aceno êles transporão a fronteira e esmagarão os imperiais, combatendo pela vossa república. Quereis o meu auxílio? Ele decidirá o vosso futuro”.

David Canabarro sublimou-se em partiotismo, tornando-se nessa es-

fera um digno émulo de Caxias com a resposta que deu á ignomínia com que Rosas procurou poluir a sua honra.

Copiemos de Castilho Goycochêa as brilhantes palavras com que : sua pena elegante apreciou a atitude de Canabarro, para que se possa aquilatar melhor o patriotismo e a honra do herói rio-grandense. Ei-las :

—“Agradecemos, senhores, á memória de Rosas, essa mensagem. Ela foi como um estilete que toca um nervo, uma centelha que tomba num montão de pólvora, um choque eléctrico que atinge um corpo adormecido.

CANABARRO — guardai bem esse nome — DAVID CANABARRO, á frente dos destinos da República, comandante em chefe do exército farroupilha, explode, furibundo, á insolência do estrangeiro. Os seus melindres de antigo campeador do Prata foram feridos fundo.

A resposta sai-lhe da pena num jato. E' um monumento de dignidade ofendida, de patriotismo ultrajado, de altivez e de coragem.

Não a posso guardar comigo. Ela é um *abecedário* de de amor á Pátria, a página mais bela da Bíblia do Brasil: — “Senhor. O primeiro soldado de vossas tropas que atravessar a fronteira fornecerá o sangue com que será assinada a paz de Piratini com os imperiais. Acima de nosso amor á república colocamos o nosso brio de brasileiro. Quisemos a separação. Hoje queremos a integridade da pátria. Se ousardes pôr agora vossos soldados na fronteira, encontrareis ombro a ombro os soldados republicanos de Piritini e os soldados monarquistas do Sr. D. Pedro II”.

A paz, daí em diante, torna-se questão de pormenores a serem regulados entre o Império Brasileiro e a República Rio-Grandense, a qual, a bem dizer, deixou de existir nessa hora tão marcada”.

Seja-nos permitido outro parêntese, pois não podemos fugir ao desejo de aludir a um fato idêntico, ocorrido algum tempo antes, por ocasião de uma outra grande luta que se desenrolava no outro extremo do país — a *Cabanada*, e do qual foi protagonista um cearense, a quem Gonçalves Dias, segundo João Brigido, tinha em elevado conceito: Eduardo Francisco Nogueira Angelim. Em artigo subordinado á epigrafe — *Homens da Terra*, inserto ás páginas 266 a 279 do Tomo XXIII, ano de 1909, da Revista do Instituto do Ceará, o velho jornalista cearense, nascido *capixaba*, como êle próprio o disse no primeiro capítulo do seu interessante opúsculo — “O CEARÁ” (Lado cómico)”, conta-nos como se houve Eduardo Angelim na administração do Pará naquele periodo de anarquia (1836). Transcrevemos alguns periodos dêsse artigo de João Brigido :

“Eduardo tinha firmado sua autoridades como presidente

do Pará até a declaração da maioria, quando aportou a Belém o novo general Andréia, português, déspota, sanhudo e terribilíssimo, que serviu a sucessivos governos, no papel de carrasco, da escola de Luís do Rêgo, o qual chegou até enforçar muitos infelizes nas gáveas dos navios de guerra, quando assumiu a presidência da Província.

Os tumultos e perigos não cessaram em Belém, e parece que toda salvação do heróico cearense esteve em se lhe consumirem as forças para resistir ao govêrno do Rio de Janeiro, obrigando-o a render-se.

Ele o fez, depois de grandes e inúteis esforços para reorganizar os serviços públicos, sendo condição ficar sequestrado, com Francisco Pedro Vinagre, no Rio de Janeiro, por tempo de dez anos.

A entrega da praça se fêz passando Angelim ao presidente legal os cofres da Província com cêrca de 600 contos, em moeda, e reprimidos os moedeiros falsos, que introduziram na circulação o *xenxém*, ou moeda de cobre de pêso inferior ao padrão; o que tinha sido um embaraço grande para o comércio.

E assim procedia quem acabara arruinado, tendo perdido, na revolução, quase toda sua fortuna porque o resto, que lhe ficara, caiu em abandono ou foi sonhoreado pelos inimigos.

A sua honradez mais se acrisolou, resistindo á sedução e cobiça dos estrangeiros, que viram não haver melhor ocasião de realizar antigos sonhos de ocupar aquela região, que promete fazer-se o maior empório do comércio do novo mundo.

Eduardo referiu-me, lembrando as coisas dessa quadra ominosa, um fato, que Eduardo Prado omitiu nas suas *Ilusões Americanas*, e terá desconhecido.

No govêrno de Angelim, dois navios americanos de guerra, porventura de *flibusteiros*, penetraram nas águas do Guajará, e lançaram ferro a pequena distancia da capital. O respectivo comandante foi apresentar-se-lhe no palácio do govêrno, e depois de cumprimentá-lo, entrou no assunto da sua viagem, procurando convencê-lo da conveniência e necessidade de pôr sob a bandeira americana aquela província, que a revolução trazia desmembrada do govêrno da regência.

Angelim repeliu toda idéia de separação definitiva e de anexação aos Estados-Unidos, de uma parte do território brasileiro.

O aventureiro, porém, não se mostrou vencido abandonando a sua emprêsa, nem deu sinais de que relutaria no sentido das aberturas, que fizera ao presidente revolucionário.

Voltando ao seu ancoradouro, aparelhou e dias depois navegou para o pôrto da cidade.

Avisado, Angelim correu á fortaleza do Castelo e mandou fazer sinal de não ir avante. Mas o *flibusteiro* não se deu por intimado e prosseguia quando Angelim, fazendo efetiva a sua ameaça, mandou atirar-lhe de bala, fazendo-lhe retro-

por intimado e prosseguia quando Angelim, fazendo efetiva ceder, e sair das águas paraenses!

Que boa ocasião para um presidente da atualidade republicana fazer a sua fortuna!

As honras da conclusão dêste esboço do Garibaldi cearense deixo ao sr. Rayol, a quem pertencem. O ilustre publicista faz um epílogo dos trabalhos e virtudes do herói da *Cabanada*, que seriam assunto para um poema digno de Gonçalves Dias.

E ninguém podera, melhor, suprir-lhe a falta, do que o eminente escritor paraense, no estilo grandiloco, em que expôs os fatos.

Angelim, ferido num combate derradeiro, em que o procuravam prender, e prêso depois num esconderijo, em que estivera cinco meses com mulher e filhos, em miséria a mais completa, pronunciado em 13 processos em termos diferentes, teve a fortuna de ser tão sómente condenado com Francisco Pedro Vinagre áquêle exílio.

Alí, por alguns apartes, que dera, das galerias da Camara, foi prêso e remetido para Fernando de Noronha, donde o foi arrancar a estima em que o tinham os chefes liberais do Rio de Janeiro, entre os quais avultava Antônio Carlos.

Voltando ao Pará em 5 de maio de 1851, com sua mulher e filhos, tratava de reconstruir a sua casa, quando faleceu em Belém.

A grande heroína já tinha falecido em 1878. O bravo dos bravos foi reunir-se-lhe na eternidade em 11 de julho de 1882, sendo seu cadáver transportado para o seu engenho (Madre de Deus) e sepultado na capela dêste, junto ao túmulo da sua esposa, como havia pedido a seus filhos á hora da morte.

São do eminente historiador paraense estas linhas, que reproduzo do seu precioso livro — os *Motins políticos*".

No livro titulado *A VIDA SINGULAR DE ANGELIM (A Cabanagem)*, editado em 1936 no Rio de Janeiro pelos editores Irmãos Pongetti e prefaciado por Pedro Calmon, que o considerou — *um livro forte e belo sôbre o trágico, tremendo episódio dos Cabanos do Pará e de leitura breve, proveitosa e educativa*", — a escritora senhorinha Dilke de Barbosa Rodrigues, bisneta de Angelim, julga (página 150) ter havido engano de João Brígido considerando americanos os dois navios de guerra quando, na verdade, eram britânicos. Seja como for, o patriotismo e o valor de Angelim de modo algum ficam diminuídos pela circunstancia de serem tais navios ingleses e não americanos.

Encerrando aqui a digressão referente a Eduardo Angelim, voltamos ao assunto dêste escrito insulso.

Depois da resposta patriótica de David Canabarro e Rosas foram ajustadas em Bagé entre o Barão de Caxias e os chefes republicanos Antônio Vicente da Fontoura, Padre Chagas e Ismael Soares as bases para a pacificação da Província, as quais foram submetidas á aprovação do Gôverno

Imperial no Rio de Janeiro, levadas pelo tenente-coronel Manuel Marques de Sousa (posteriormente general Conde de Porto Alegre) e pelo dito Antônio Vicente da Fontoura, representantes de Caxias e dos Farroupi-lhas, respectivamente. Aprovadas as bases da pacificação David Cana-barro em data de 28 de fevereiro de 1845, dirigiu aos revolucionários a seguinte proclamação :

Concidadãos! Competentemente autorizado pelo Magis-trado civil, a quem obedecemos, e na qualidade de comandan-te em chefe, concordando com a unanime vontade de todos os oficiais da força do meu comando, vos declaro que a guer-ra civil, que por mais de 9 anos devasta êste belo país, está acabada. A cadeia de sucessos por que passam todas as revo-luções tem transviado o fim político a que nos dirigimos e hoje a continuação de uma guerra tal seria o *ultimatum* da destruição e do aniquilamento da nossa terra.

Um poder extranho ameaça a integridade do império e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades, e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil.

Concidadãos! ao desprender-me do gráu que me havia confiado o poder que dirigia a revolução, cumpre assegurar-vos que podeis volver tranquilos ao seio de vossas famílias.

Vossa segurança individual e de propriedade está ga-rantida pela palavra sagrado do monarca, e o apreço de vossa virtude ao seu magnanimo coração. União, fraternidade, respeito ás leis e eterna gratidão ao inclito presidente da pro-víncia o ilmo. e exmo. sr. barão de Caxias, pelos afanosos ser-viços que ha feito na pacificação da provincia. — Campo em Ponche-Verde, 28 de Fevereiro de 1845. — *Davidá Cana-barro*".

Assim a 1 de março de 1845 era assinada em Ponche-Verde a con-venção pela qual terminou definitivamente a Revolução Farrroupilha.

Eis como Castilho Goycochêa nos descreve o ato:

— "
Vinde comigo, Senhores e Senhoras, até aquêlê rincão da Pátria comum que, como um exclave, penetra o flanco mes-mo da terra uruguaiá e que se chama Dom Pedrito.

E' um campo de coxilhas verdejantes cortadas a meio pelas águas mansas do Ponche-Verde.

Um pouco além, num segundo plano do quadro que vêdes, se defrontam dois exércitos em armas. Um deles está co-berto pela bandeira auri-verde do Brasil; o outro desfralda aos ventos o pavilhão tricolor da República Riograndense.

Próximos de vós, como a saírem do quadro, estão dois homens, dois homens na expressão mais lídima do têrmo. Não o digo gigantes ou semi-deuses, por que não creio em coisa's sobrenaturais.

Um deles chama-se Luís Alves de Lima. E' general e é Barão. Veria a ser Marechal e Duque.

O outro — David Canabarro — ao nome só pode ajuntar um título de fidalguia: gaúcho.

Esses dois homens, nesse encontro, selaram o mais importante documento assinado por corações brasileiros, em todas as épocas e circunstancias: a unidade do Brasil.

Nele, de fato, ficou clara e insofismavelmente expresso que a volta do Rio Grande do Sul á comunhão nacional se dava espontaneamente, pela soberana e invicta vontade dos farroupilhas e em benefício da pátria. E mais: que o governo imperial — dez anos passados — atendia ás exigências políticas dos gaúchos para que só lhes dessem presidentes de sua confiança (indicados por eles), que zelassem pelos seus interesses, pelo seu progresso e pela sua dignidade; isso nos preciosos termos da mensagem de Bento Gonçalves ao Regente Diogo Antônio Feijó.

Os homens que ali se defrontavam, portanto, podiam olhar-se de vizeira erguida, altivamente, desassombadamente, pois nem de um nem de outro lado havia vencedores ou vencidos.

Todos, a um tempo, sacrificaram alguma cousa á grandeza e á dignidade do Brasil.

E todos, outrossim, possuíam a consciência de que tinham cumprido com o próprio dever.

Não havia, pois, senão esquecer o que começava a ser passado.

Junto á barraca de Canabarro, todavia, no tope de um alto mastro, ainda se agitava, batida pelos ventos do sul, a bandeira de Piratini, aquela mesma que fora testemunha de todos os grandes acontecimentos da República Rio-Grandense, aquella mesma que servira de pendão nos combates e de símbolo nas solenidades; que altaneiramente correrá todos os quadrantes da Província. Esteve em Santa Catarina. Penetrou várias vezes na República Oriental. Assistiu ás sessões da Assembléa Constituinte. Acompanhou os plenipotenciários farrapos ás capitais estrangeiras. Nas vergas do SEIVAL esteve em frente ao pôrto de Santos. Cobriu-se do pó das estradas e do fumo dos canhões. Palpitou vibrante aos ventos do mar alto e desbotou-se ás chuvas dos invernos.

Crestou-se aos sóis de dez verões e foi rasgada pelas cutiladas das espadas adversas. Mil vezes foi trespassada por balas inimigas.

E sempre erecta. E sempre ovante e galharda. E sempre imponente e majestosa se conservara, como naquele derradeiro instante de sua significação.

Em homenagem ao Brasil inteiro, ali presente no seu emissário, haveria que ser arriada do seu tope, para ser guardada como uma reliquia sagrada, como a próprio hóstia da Nação que simbolizara e que, naquela solenidade, desaparece-

ria em holocausto á pátria comum a todos os descendentes da raça varonil de Portocales.

Canabarro, o COMANDANTE em Chefe do Exército da República riograndense, na sua última ordem nessa qualidade, ordena o arriamento do pavilhão invicto.

Caxias, no seu mais fidalgo gesto, como homenagem á bravura e á lealdade de seus antigos contendores e, agora, seus amigos e companheiros d'armas, transmite a primeira ordem como Comandante de todas as tropas que ali se achavam: "sentido!"

E, quando, de vagar, majestosamente, solenemente, impo-
nentemente, a bandeira tricolor vai descendo do seu alto tope — enquanto os clarins vibravam no ar sereno da tarde que caía e os tambores ruflavam a marcha-batida, — Canabarro e Caxias, profundamente emocionados apertam-se as mãos leais, num gesto simbólico da união indissolúvel entre os filhos dêste Brasil imenso, imenso e lindo!"

Logo em seguida Caxias faz publicar esta breve mas expressiva proclamação :

— "Rio-Grandenses! E' sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil que por mais de 9 anos devastou esta bela Província, está terminada. Os irmãos contra quem combatíamos estão hoje congratulados conosco e já obedecem ao legítimo govêrno do Império do Brasil".

De Luís Alves de Lima, Duque de Caxias, cuja vida, sob qualquer aspecto por que se queira apreciar, constitui páginas cintilantes de nossa história, nada ha a acrescentar ás empolgantes e bem conhecidas narrativas traçadas por eminentes escritores patricios. Todavia, será sempre salutar á juventude brasileira, que vai passando, recordar fatos, episódios ou atitudes do grande general, no dizer do Coronel J. S. Torres Homem (*Anais das Guerras do Brasil contra os Estados do Prata e Paraguai* — 1911 — página 282) — "trocou um instante o papel de chefe do exército pelo de comandante de tropa, afim de salvar o êxito do seu incomparável movimento estratégico, que foi pôsto em sério risco do inesperado combate de Iitororó".

Ao Duque de Caxias o Exército Nacional, num preito de magnífica justiça, ja prestou excelsas homenagens, tomando-o para seu Patrono e fazendo do dia do seu nascimento — 25 de agosto — *O DIA DO SOLDADO*.

E aqui concluimos êstes gatafunhos que nos foram inspirados pela data do centenário da terminação da luta farroupilha pela pacificação do Rio Grande do Sul, a nosso ver incomparavelmente mais patriótico que a data da deflagração dessa luta de gigante — 20 de setembro de 1835, cujo centenário foi ali comemorado com intenso entusiasmo.

Ilhéus (Bahia), 27 de fevereiro de 1945.